

Relatório Anual de Informações

2021

Planos de benefícios da

ceres.

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CNPC nº 34/2019. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2021 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021	5
MENSAGEM DA DIRETORIA	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL.....	Erro! Indicador não definido.
DESTAQUES DO ANO	6
CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	11
PLANOS DE BENEFÍCIOS	15
POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA	16
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) .	16
GESTÃO DO PASSIVO EM 2021	16
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021	17
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)	20
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	20
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO.....	20
METAS E ÍNDICES	20
GESTÃO DOS RISCOS	20
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS	22
PLANO CERES BÁSICO	22
PLANO CERES FLEXCERES	25
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CERES	28
INVESTIMENTOS DOS PLANOS	29
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	29
PLANO CERES BÁSICO	29
PLANO CERES FLEXCERES.....	30
RESULTADOS EM 2021	31
RENDA FIXA	31
RENDA VARIÁVEL.....	31
ESTRUTURADOS	32
IMOBILIÁRIO.....	32
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	33
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO.....	35
COTA PATRIMONIAL DO PLANO CERES FLEXCERES.....	36
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	37
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA).....	37
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	39

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	40
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	40
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	48
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	51
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	53
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	54

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Bruno do Santos Alves Figueiredo Brasil (Presidente)

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

Raimundo Braga Sobrinho

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Walter Diniz Gusmão Machado

Conselho Fiscal

Emídio Casagrande (Presidente)

Claudio Augusto Bortolini

José Eden de Medeiros

Jonas Pereira do Espírito Santo

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

Podemos considerar 2021 como o 'ano da colheita' para a Ceres, em que os projetos aos quais nos dedicamos em 2019 e 2020 deram os tão esperados frutos.

Continuamos avançando na implantação da gestão por processos. Finalizamos o ano com doze processos automatizados dentro da ferramenta de gestão documental (SeSuite), monitorando o estado de cada atividade, aumentando a eficiência e a qualidade das entregas.

Mantivemos a frequência de encontros virtuais entre a Diretoria Executiva da Ceres com as equipes, grupos de trabalho, órgãos de controle e parceiros. Além de possibilitar o aprimoramento de aspectos operacionais e de sistema, as reuniões virtuais estimularam a criação de projetos temáticos estruturantes e Grupos de Trabalho por meio dos quais implementamos melhorias na governança e na gestão da Ceres.

Concluimos o estudo de transformação dos planos CV em planos CD; aprimoramos o nosso ALM; melhoramos as condições de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos; iniciamos a campanha de atualização cadastral com vistas à construção de um cadastro mais fidedigno para a Ceres; promovemos diversas campanhas, com destaque para a Trilha de Educação Financeira realizada em parceria com a XP Investimentos e a XPEED e implementamos duas excelentes novidades no plano Família Ceres: a melhoria da jornada de adesão e o programa de cashback.

Em relação aos investimentos, as previsões dos analistas do mercado financeiro para 2021 eram as melhores possíveis. No entanto, o que se viu e como todos acompanharam, estas previsões não se concretizaram. Lamentavelmente, o ano foi marcado por fatores conjunturais negativos no mercado financeiro que impactaram a rentabilidade dos planos de benefícios. Mesmo assim, a equipe da Diretoria de Investimentos trabalhou fortemente para buscar os melhores resultados para os participantes, minimizando o impacto do cenário adverso. No consolidado, os investimentos apresentaram rentabilidade de 5,96%. O resultado da grande maioria dos planos foi satisfatório. Considerando o ajuste de precificação, os planos tiveram superávit acumulado de R\$ 520 milhões. Dos 18 planos administrados pela Ceres, excetuando o plano da Embrater, cinco apresentaram resultados negativos, mas, ainda assim, como demonstram as informações contidas neste Relatório, mantiveram a capacidade de honrar seus compromissos junto aos participantes e assistidos.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2021 foi de muitos desafios e transformações. Assim como o exercício de 2020, foi marcado pela pandemia da Covid-19. No entanto, com medidas adotadas em resposta à pandemia, obtivemos resultados positivos no que se refere aos indicadores de governança, solidez, capacidade de transformação e de superação.

Ainda que, diante de um cenário desfavorável, nos mantivemos estimulados e alinhados com o propósito e missão da Fundação Ceres, de assegurar proteção previdenciária para os nossos cerca de mais de 20 mil associados. Que depositam toda confiança neste Conselho.

Entendemos que é nosso papel fundamental sermos transparentes perante nossos patrocinadores, participantes, assistidos, assim como um todo, disponibilizando informações em quantidade e qualidade suficientes para o entendimento claro sobre a forma com que conduzimos nossas decisões.

Em 2021, o Conselho Deliberativo se reuniu 13 vezes. Ao longo do exercício, o Colegiado analisou e deliberou pautas importantes. Entre as principais pautas estão a aprovação do Relatório Anual de Informações; Plano de Trabalho; Demonstrações contábeis; Planos de custeios; Política de Investimentos; Alteração estatutária; Novo Código de Conduta Ética; Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal.

A Fundação atingiu um novo patamar com os resultados alcançados em 2021 e, no próximo ano, queremos manter a entrega desses resultados consistentes. Vamos trabalhar incansavelmente a favor dos nossos beneficiários e participantes sempre com o foco na proteção previdenciária presente e futura.

Encerramos 2021 com avanços significativos que serão alicerces para a Fundação Ceres se tornar cada vez mais competitiva, eficiente e sólida. Agradecemos a todos pela confiança em nosso trabalho. Os aprendizados serão fundamentais para construirmos um futuro melhor.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

A exemplo de 2020, o ano de 2021 foi mais um que ficou marcado pela pandemia da Covid-19. Novamente, fomos colocados à prova e vivemos momentos desafiadores. No entanto, mesmo em um cenário tão adverso, buscamos novas oportunidades que fizeram com que, mais uma vez, esse Colegiado trabalhasse intensamente para cumprir a sua missão de monitorar a gestão econômico-financeira e administrativa da Fundação.

Durante o ano, este Conselho elaborou relatórios sobre as demonstrações contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O monitoramento realizado mensalmente pelo Conselho Fiscal, cujas informações podem ser acompanhadas neste Relatório, demonstra que a Ceres caminha conforme o seu propósito de honrar seu compromisso previdenciário e garantir o futuro dos nossos clientes - os participantes e assistidos, que depositaram nas nossas mãos o sonho de uma aposentadoria tranquila e sem imprevistos. Esses são alguns dos resultados de nosso trabalho.

Encerramos o ano com nossa missão cumprida e cada vez mais engajados e comprometidos em fazer valer cada voto de confiança, que nos foi depositado pelos nossos patrocinadores, participantes e assistidos.

DESTAQUES DO ANO

2021, O ANO DA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2021 certamente ficará marcado na memória de todos nós, devido aos desafios. Apesar de todos os percalços e perdas que os acontecimentos trouxeram, para a Ceres 2021 foi um ano de evolução e crescimento.

CERES DIGITAL: MAIS SEGURANÇA, AGILIDADE E AUTONOMIA

A Transformação Digital está acontecendo em todas as empresas e no segmento de Previdência Complementar não é diferente. A Ceres e outras Fundações estão diante da necessidade de reinventar seus processos para torná-los mais digitalizados. O Projeto Ceres Digital nasceu em 2020, com o objetivo de promover a modernização do ambiente produtivo da Ceres, aumentar a eficiência na execução dos processos com consequente impacto na qualidade dos produtos e serviços da Fundação. Os maiores beneficiados serão os participantes e assistidos, que terão seus planos geridos com mais eficiência e transparência e acesso a informações e serviços de forma mais ágil, com melhor qualidade e maior autonomia.

Infraestrutura - Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação vem implementando melhorias voltadas para a transformação digital e constante aprimoramento da segurança da informação. A rede está com 99,8% de disponibilidade, mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros, e a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário. Gestão

Documental - A modernização da gestão documental permite que todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital. A proposta é de que, num futuro próximo, todos esses processos possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online.

Prestação de Contas - Transparência é um dos pontos centrais do Ceres Digital. Por meio do aplicativo Power BI as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. O Power BI é um sistema inteligente que consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de "Portal da Transparência" que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas.

Foco no cliente - O objetivo fim do Projeto Ceres Digital é a melhoria do relacionamento da Ceres com seus clientes internos e externos. Além de tudo o que está em andamento, nosso site também será modernizado, com foco na melhoria das funcionalidades da área restrita e estuda-se a implementação de inteligência artificial, com a adoção de chatbots para automatizar alguns atendimentos. As facilidades que estão sendo implementadas permitirão que os participantes e assistidos passem a ter mais autonomia para utilizar os serviços e buscar as informações que necessita.

HOME OFFICE, ESTAMOS COLHENDO OS FRUTOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Ações implementadas permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais.

A Fundação Ceres, preocupada em contribuir com o controle da epidemia de Coronavírus e em proteger seus empregados, participantes e assistidos, adotou medidas internas de prevenção.

Desde o dia 18 de março, os colaboradores estão trabalhando em regime de home office. Isso foi possível devido à decisão da Diretoria Executiva da Entidade de investir fortemente em tecnologia e inovação. Essa decisão deu origem ao Projeto Ceres Digital iniciado na Ceres em dezembro/2018.

Segundo a Diretoria Executiva da Entidade, o projeto Ceres Digital tem permitido melhorar e modernizar significativamente o ambiente produtivo da Ceres. Todos os processos estão sendo digitalizados; foram adquiridos novos servidores em nuvem; novos aplicativos e sistemas que tem aumentado a qualidade e eficiência do trabalho dos nossos analistas.

As ações já implementadas no Ceres Digital permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais, mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes, assistidos e fornecedores.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdências, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

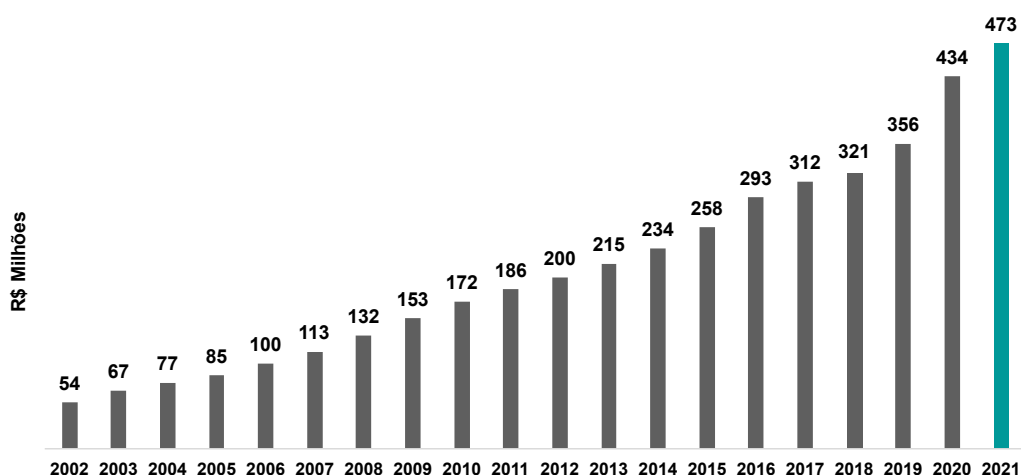
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando aproximadamente 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2021, quando a Ceres completou 43 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 22.321 associados, sendo 13.100 (59%) participantes e 9.221 assistidos (41%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 473 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 4,2 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2002 - 2021)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2021.

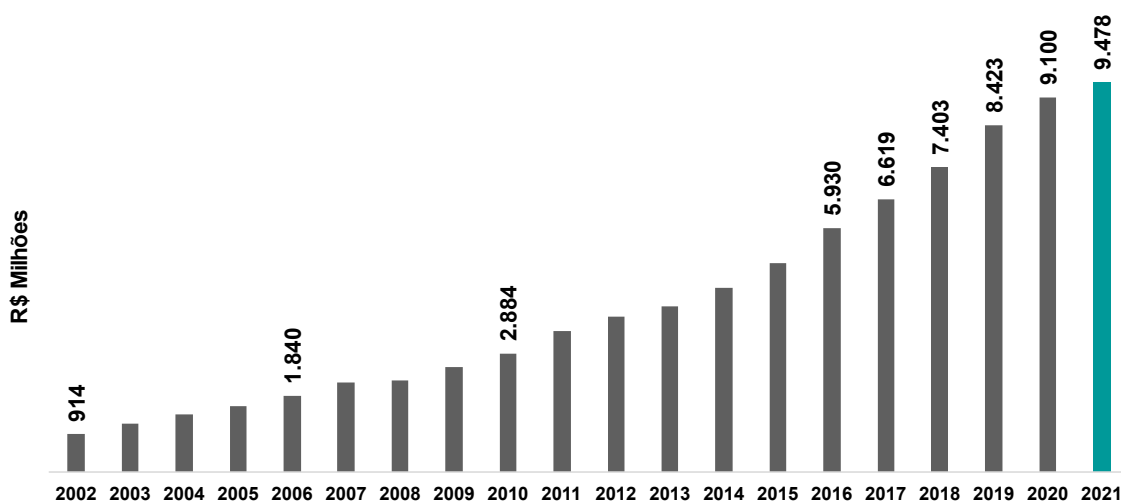
Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

PATRIMÔNIO TOTAL

De 2002 até dezembro de 2021, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 914 milhões para R\$ 9,5 bilhões (Gráfico 2). Em 2021, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2002 - 2021)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

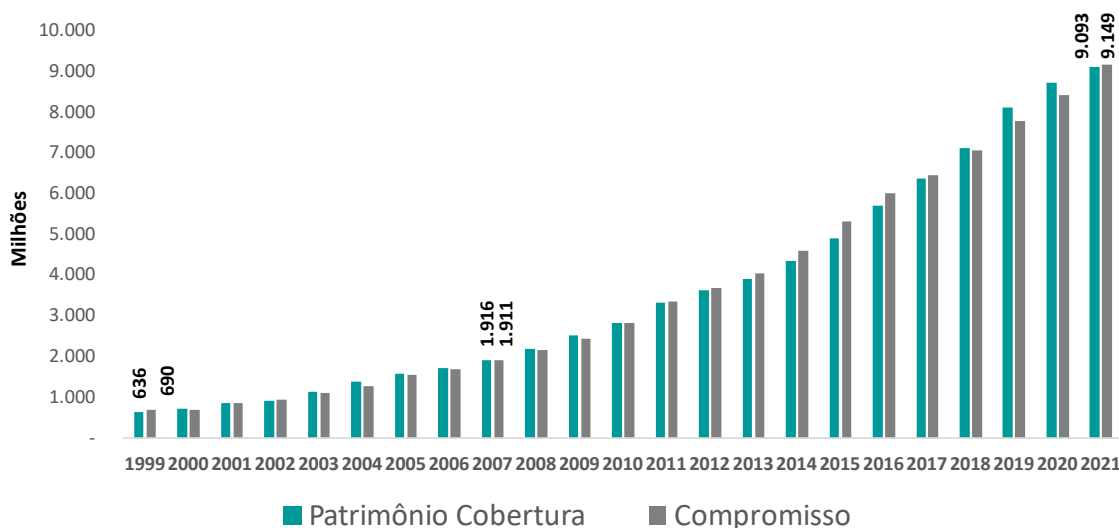
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2020.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 322 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1999 - 2021)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Ceres é patrocinadora de dois planos com características distintas: um de Benefício Definido (BD) - o Ceres Básico e um de Contribuição Variável (CV) - o Ceres FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Ceres Básico e Ceres-FlexCeres.

Plano Ceres Básico	Plano Ceres-FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais - taxa de 21,266% sobre a folha dos salários de participação dos participantes	Contribuição patronal - limite de 8% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (benefício concedido e benefício saldado a conceder corrigidos pelo INPC)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, tanto concedido, quanto a conceder	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco pré-definido e corrigido pelo INPC	Benefício de risco baseado na meta do benefício programado (Seguro externo)
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano (inscrição a partir de 1995)	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada após 5 anos de inscrição e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA

A Política de Previdência, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2021 a 2023.

Tem como objetivo geral orientar a formulação de estratégias para a melhor gestão dos planos de benefícios administrados pela Ceres, resguardando essencialmente aos participantes e assistidos dos planos, e aos seus beneficiários, a proteção previdenciária para os participantes ao se desvincularem da empresa patrocinadora ou se afastarem para tratamento da saúde, acidente, invalidez, reclusão ou morte, por meio das coberturas de auxílios, aposentadorias e pensão, sob a forma de pecúlio e rendas vitalícias, temporárias ou pagamento único.

A este objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

- I. Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- II. Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de previdência por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- III. Orientar as partes envolvidas na gestão de previdência, Ceres, Patrocinadores, Instituidores e Representantes dos planos, quanto às diretrizes da gestão previdencial necessárias para a condução dos trabalhos;
- IV. Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadores, instituidores, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos;
- V. Garantir a assertividade nas informações, apresentações e demonstrações da Ceres na gestão dos planos de benefícios, aos clientes internos e externos, mediante a utilização de recursos e sistemas de tecnologia digital.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2021

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis

econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2021, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2021, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2021 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano	
	Ceres Básico	Ceres FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Male & Female	BR-EMSsb-v.2015 Male & Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927	
Taxa Real de Juros	4,77%	4,79%

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2021, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2021 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia

aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superávit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2021 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2021, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661/2021 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e

gestão de riscos. Visa garantir à proteção dos ativos dos planos, à promoção da eficiência operacional, à obtenção de informação precisa e confiável, à obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

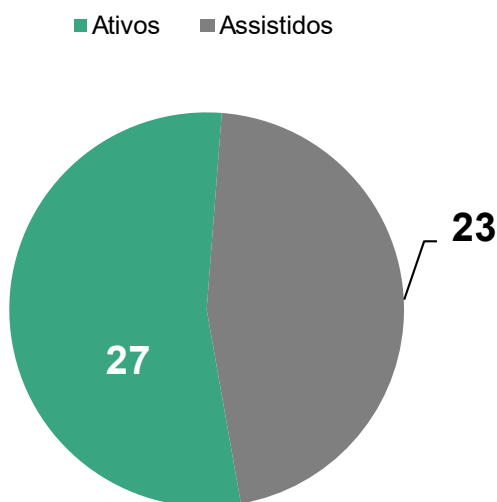
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO CERES BÁSICO

Número de participantes

O Plano Ceres Básico, fechado para novas adesões, encerrou o ano de 2021 com um total de 50 associados, sendo 27 (54%) participantes e 23 (46%) assistidos - aposentados e pensionistas

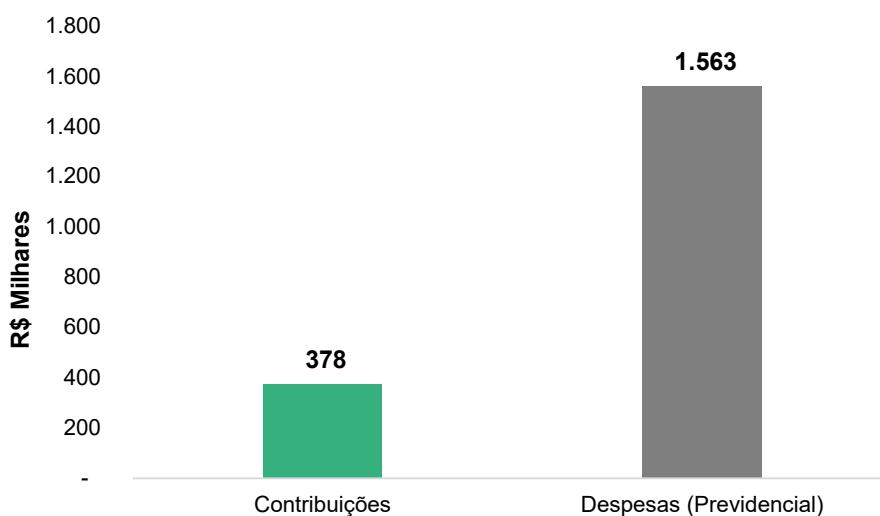
Gráfico 4: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 378 mil. No ano, foram pagos R\$ 1,563 milhão aos aposentados e pensionistas (Gráfico 5).

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias – 2021



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 9,06%, passando de R\$ R\$ 27,9 milhões em 2020, para R\$ 30,5 milhões, em 2021 (Quadro 6). Do total de R\$ 28,6 milhões (93,78%), R\$ 16,9 milhões (55,4%) estavam investidos em títulos públicos na carteira própria e R\$ 9,1 milhões em fundos de investimento renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres Básico (2020/2021).

ATIVO	2020	2020	PASSIVO	2020	2020
DISPONÍVEL	11	6	EXIGÍVEL OPERACIONAL	66	71
REALIZÁVEL	30.517	27.986	Gestão Previdencial	64	69
Gestão Previdencial	1.734	84	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	153	145	Investimentos	1	2
Investimentos	28.631	27.757	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8	1
Títulos Públicos	16.922	0	Gestão Previdencial	0	0
Créditos Privados e Depósitos	487	0	Gestão Administrativa	0	0
Ações	0	0	Investimentos	8	1
Fundos de Investimentos	9.118	25.792	PATRIMÔNIO SOCIAL	30.455	27.920
Investimentos Imobiliários	1.152	796	Patrimônio de Cobertura do Plano	29.946	27.446
Empréstimos e Financiamentos I.	952	1.170	Provisões Matemáticas	31.654	27.114
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	19.143	15.153
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	12.511	13.507
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	1.546
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(1.708)	332
			Resultados Realizados	(1.708)	332
			FUNDOS	509	474
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	153	145
			Fundos dos Investimentos	356	329
TOTAL DO ATIVO	30.528	27.992	TOTAL DO PASSIVO	30.528	27.992

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (6,89%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 19,1 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 12,5 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7. Observa-se que houve um aumento de R\$ 2,9 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior aos resultados dos investimentos que foi de R\$ 2,1 milhões.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres Básico foi de 9,84% em 2021, tendo a meta atuarial (INPC + 4,77% a.a.) fechado em 15,41% no período.

Quadro 5: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2020	331.583
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-2.993.999
Resultado dos Investimentos em 2021	2.191.566
Contribuições Previdenciárias	377.641
Despesas Previdenciárias	-1.562.503
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-51.804
Resultado Contábil em 2021	-1.707.516
Ajuste de Precificação	2.076.796
Resultado Técnico Ajustado em 2021	369.281

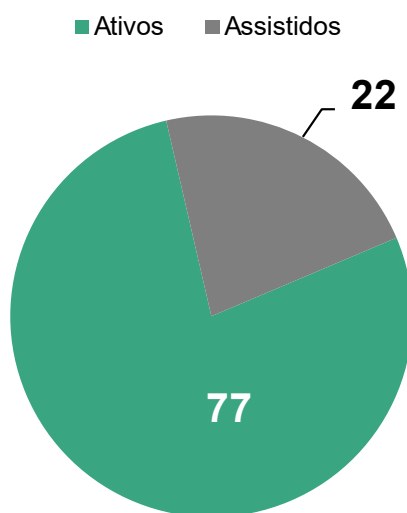
Desse modo, o resultado dos investimentos não foi suficiente para acompanhar a evolução dos compromissos neste exercício. Já o resultado técnico ajustado do plano Ceres Básico foi positivo em R\$ 369,2 mil em 2021.

PLANO CERES FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Ceres-FlexCeres, plano aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, encerrou 2021 com um total de 99 associados, sendo 77 (77,78%) participantes e 22 (22,22%) assistidos - aposentados e pensionistas.

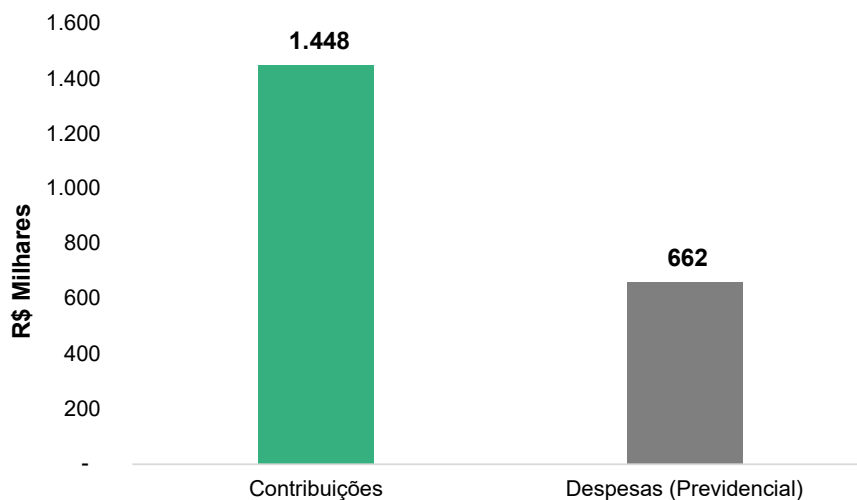
Gráfico 6: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 1,448 milhão. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 662 mil (Gráfico 7).

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias – 2021



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 5,94%, passando de R\$ 16,9 milhões em 2020, para R\$ 17,9 milhões, em 2021 (Quadro 6).

Do total de R\$ 17,8 milhões (99,45%), R\$ 13,3 milhões (74,13%) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável, com gestão própria e terceirizada..

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres FlexCeres (2020/2021).

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	12	8	EXIGÍVEL OPERACIONAL	19	11
REALIZÁVEL	17.882	16.883	Gestão Previdencial	18	11
Gestão Previdencial	0	72	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	87	81	Investimentos	1	0
Investimentos	17.796	16.731	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	2.530	0	Gestão Previdencial	0	0
Créditos Privados e Depósitos	0	0	Gestão Administrativa	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	13.266	14.938	PATRIMÔNIO SOCIAL	17.876	16.880
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	17.693	16.697
Empréstimos e Financiamentos I.	2.000	1.793	Provisões Matemáticas	19.161	16.971
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	6.987	5.314
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	12.270	11.747
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	96	90
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(1.468)	(275)
			Resultados Realizados	(1.468)	(275)
			FUNDOS	182	183
			Fundos Previdenciais	51	57
			Fundos Administrativos	87	81
			Fundos dos Investimentos	45	46
TOTAL DO ATIVO	17.895	16.891	TOTAL DO PASSIVO	17.895	16.891

Os montantes investidos no segmento de operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela de 11,18% do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 6,9 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 12,2 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 2,1 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado dos investimentos que foi de R\$ 262 mil neste exercício.

No ano de 2021, a rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres-FlexCeres foi de 1,75%, tendo o índice de referência (INPC + 4,79% a.a.) fechado em 15,44%.

Quadro 7: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2020	-274.546
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-2.189.578
Resultado dos Investimentos em 2021	262.652
Contribuições Previdenciárias	1.447.551
Despesas Previdenciárias	-662.364
Contingências de Benefícios	0
Constituição/Reversão de Fundos Previdenciais	5.761
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-57.130
Resultado Contábil em 2021	-1.467.655
Ajuste de Precificação	102.014
Resultado Técnico Ajustado em 2021	-1.365.641

O resultado técnico ajustado do plano Ceres-FlexCeres em 2021 foi negativo, no valor de R\$ 1,4 milhão.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CERES

O patrocinador Ceres – Fundação de Seguridade Social está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima do índice de referência do plano. No segmento renda variável houve aumento de exposição. No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

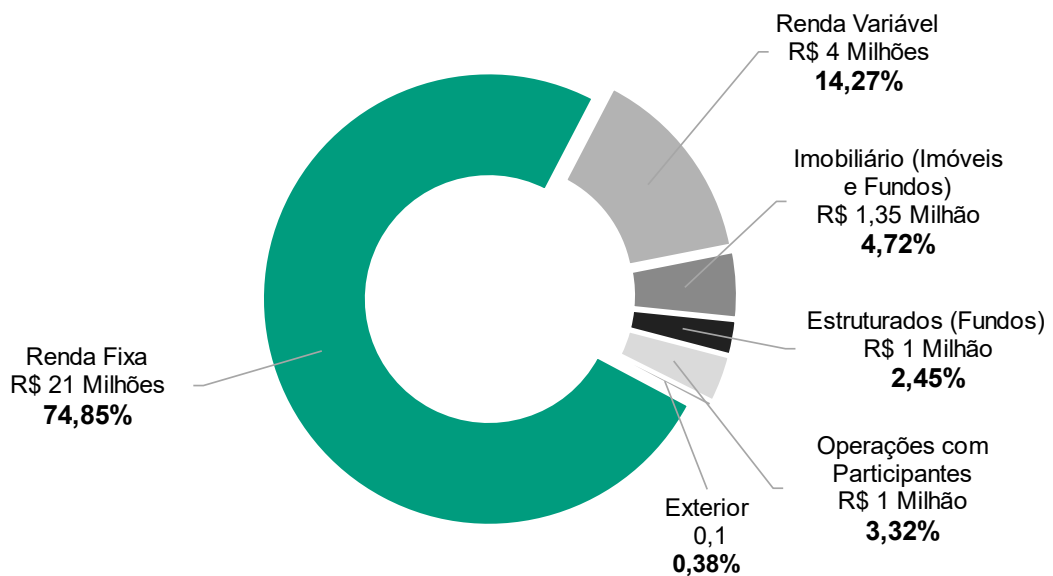
Com relação aos demais segmentos (estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO CERES BÁSICO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 77,41% do total, seguido das alocações renda variável, com 11,16% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 4,21% do total investido, no segmento imobiliário 4,03%, e em investimentos estruturados 3,18% (Gráfico 8).

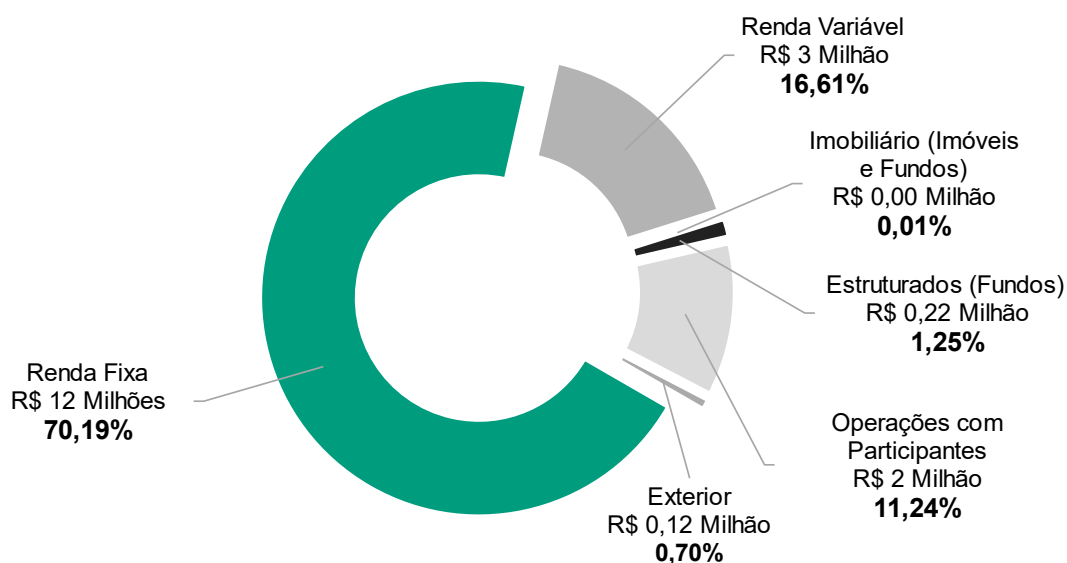
Gráfico 8: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Ceres Básico



PLANO CERES FLEXCERES

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 77,13% do total, seguido das alocações em operações com participantes, com 10,72% do montante investido. Em renda variável foram alocados 10,12% do total investido, em investimentos estruturados 1,94% e no segmento imobiliário 0,09% (Gráfico 9).

Gráfico 9: Alocação dos investimentos por segmentos de aplicação – Plano Ceres-FlexCeres



RESULTADOS EM 2021

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2021 foi caracterizado por um aumento da inflação, causada basicamente pela falta de oferta de matéria prima e dos produtos alimentícios que, como consequência, levaram ao aumento das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2021 em 9,25%, o IPCA foi de 10,06% e o INPC de 10,16%. O mercado acionário reagiu negativamente durante o ano, com o resultado negativo da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 11,93%. A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Do total do plano Ceres Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 21,4 milhões, 93,81% foram alocados em títulos públicos e 6,20% em títulos privados (Quadro 8).

No plano Ceres FlexCeres, 85,89% foram alocados em títulos públicos e 14,11% em títulos privados (Quadro 8). Em 2021, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 12,3 milhões.

Quadro 8: Composição dos ativos de renda fixa em 2021 (R\$).

Investimentos/Ativos	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B	15.524.974	72,38%	8.699.829	70,22%
NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C	1.460.034	6,81%	-	0,00%
LFT - Letra Financeira Tesouro	11.492	0,05%	1.054.263	8,51%
LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over	6.155	0,03%	6.809	0,05%
NTN - O - Nota do Tesouro Nacional Over	3.118.828	14,54%	881.294	7,11%
Total - Títulos Públicos	20.121.484	93,81%	10.642.196	85,89%
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	68.850	0,32%	86.830	0,70%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário		0,00%		0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	144.990	0,68%	23.880	0,19%
Debêntures	269.205	1,26%	447.666	3,61%
Letra Financeira	763.926	3,56%	1.015.961	8,20%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	81.967	0,38%	173.539	1,40%
Total - Títulos Privados e Fundos	1.328.938	6,20%	1.747.876	14,11%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 475	0,00%	- 199	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	21.449.947		12.389.873	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2021, as aplicações dos planos patrocinados pela Ceres totalizaram R\$ 7 milhões, sendo R\$ 4 milhões relativos ao plano Básico e aproximadamente R\$ 2,9 milhão ao plano FlexCeres.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, com gestão própria da Fundação Ceres e gestão terceirizada nos demais fundos. Em 2021, os recursos investidos pelos planos no segmento Renda Variável estavam assim distribuídos (Quadro 9):

Quadro 9: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Ceres Básico	% sobre o Total	Ceres FlexCeres	% sobre o Total
FUNDO AGROCIÊNCIA	2.777.046	67,99%	1.517.728	51,34%
OCEANA SERRA DA CAPIVARA FIA	265.694	6,51%	293.920	9,94%
AGUAS EMENDADAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	250.373	6,13%	276.972	9,37%
BURITIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	197.965	4,85%	218.997	7,41%
TIJUCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	166.630	4,08%	184.333	6,24%
CHAPADA DOS VEADEIROS FIA	157.870	3,87%	174.641	5,91%
IGUACU FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	147.801	3,62%	163.503	5,53%
SMAL11	120.891	2,96%	126.103	4,27%
Total	4.084.271	100,00%	2.956.197	100,00%

ESTRUTURADOS

Em 2021, os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 1 milhão sendo R\$ 759 mil do plano Ceres Básico e R\$ 280 mil do plano Ceres FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 11 (onze) fundos de investimentos, sendo 3 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, após o rebalanceamento e 8 (oito) Fundos de Investimentos em Participações - FIP. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros. Ao final de 2021, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 10).

Quadro 10: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiuna Gestão	142.913	18,82%	67.340	24,00%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	94.227	12,41%	44.399	15,82%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	156.618	20,63%	73.798	26,30%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		393.758	51,86%	185.538	66,11%
FIP Nordeste II	Vinci Partners	- 814	-0,11%	-	0,00%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	8.805	1,16%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	32.656	4,30%	9.271	3,30%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	26.517	3,49%	8.039	2,86%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	42.399	5,58%	-	0,00%
FIP Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	57.538	7,58%	-	0,00%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	69.464	9,15%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	71.337	9,40%	20.252	7,22%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		365.442	48,14%	95.100	33,89%
Total Geral (FIM e FIP)		759.200		280.637	

IMOBILIÁRIO

Do total investido no segmento imobiliário, pelo plano Ceres Básico, isto é, R\$ 1 milhão, 80% estavam alocados em imóveis, com R\$ 799 mil (Quadro 11), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 20%, perfazendo R\$ 201 mil, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12), da qual a gestão é terceirizada. Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Ceres FlexCeres, totalizaram R\$ 14,9 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12).

Quadro 11: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2021.

Ativo/Local	Valor (R\$)	% sobre o Total
Shopping Center	560.893	70,19%
Shopping Conjunto Nacional - DF	307.796	38,52%
Shopping Center Recife - PE	253.097	31,67%
Prédios Comerciais	178.225	22,30%
Edifício José Guerra - SP	82.513	10,33%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	53.911	6,75%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	3.870	0,48%
Edifício Ceres - DF	37.931	4,75%
Salas Comerciais	59.956	7,50%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	28.700	3,59%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	31.257	3,91%
TOTAL	799.074	

Quadro 12: Relação Fundos Imobiliários - 2021

Fundo	Gestor Externo	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	601	0,30%	118	7,90%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	5.746	2,87%	1.379	92,10%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	67.461	33,71%	0	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	126.289	63,11%	0	0,00%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		200.096	100,00%	1.497	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2021, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 1 milhão no plano Ceres Básico, que correspondem a 3,32% do total de recursos do plano; e de R\$ 2 milhões no plano Ceres FlexCeres, que equivalem a 11,24% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores da carteira de empréstimos concedidos² nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos quadros 13 a 15.

Ressalta-se que o plano Ceres FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

Quadro 13: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Ceres Básico).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	791.780	573.687	-27,54%
Quantidade de Contratos no final do exercício	23	19	-17,39%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	390.071	574.175	47,20%
Quantidade de Concessões no período	10	11	10,00%

Quadro 14: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Ceres Básico).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	378.052	378.052	0,00%
Quantidade de Contratos no final do exercício	1	1	0,00%

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Ceres FlexCeres).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	1.792.948	2.000.040	11,55%
Quantidade de Contratos no final do exercício	47	49	4,26%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	1.995.115	1.874.775	-6,03%
Quantidade de Concessões no período	48	47	-2,08%

EXTERIOR

Observando a Política de Investimentos, em 2021, a Ceres iniciou as alocações de investimentos no Exterior, por meio de ETF (Exchange traded funds) que segue o S&P 500, principal índice acionário dos Estados Unidos.

Essa modalidade em expansão e com elevada liquidez, proporciona diversificação de riscos da carteira, além de aumentar a possibilidade de obter uma rentabilidade maior com uma carteira dolarizada.

Em 2021, essas aplicações tiveram rentabilidade acima da meta ou do índice de referência.

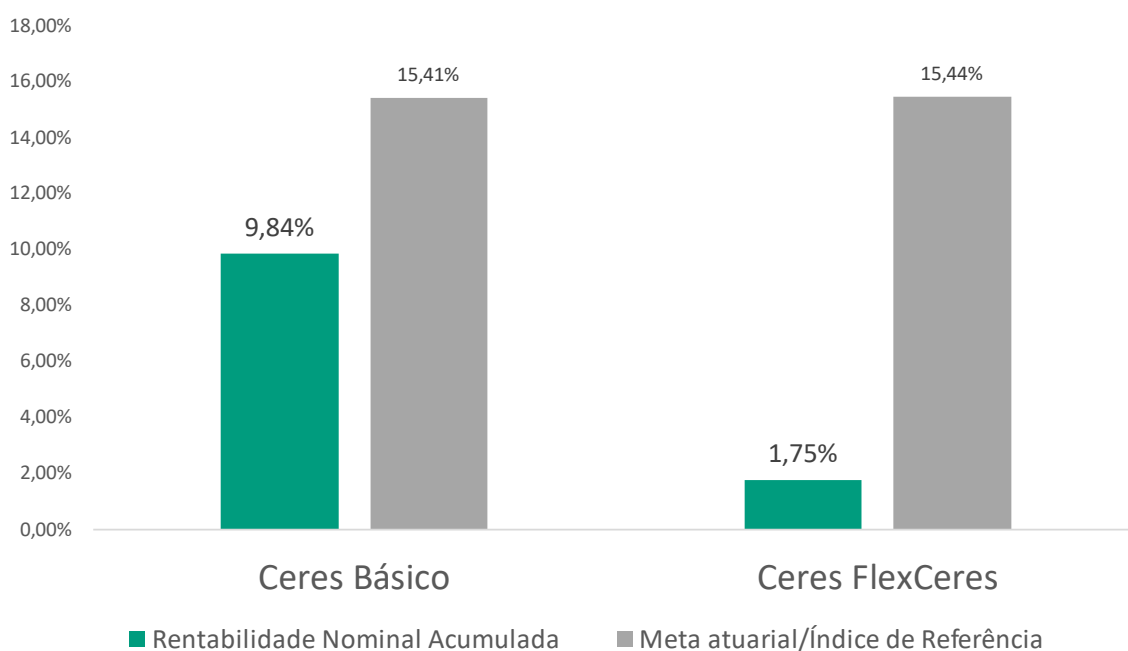
Investimento no Exterior	Ceres Básico	% sobre o Total	Ceres FlexCeres	% sobre o Total
IVVB11	109.791,44	100,00%	124.763,00	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

As rentabilidades dos planos patrocinados pela Ceres estão demonstradas no gráfico, a seguir.

Gráfico 10: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2021, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO CERES FLEXCERES

Nos planos de contribuição variável (CV) e de contribuição definida (CD), os já conhecidos FlexCeres e Família Ceres, os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para remunerar mensalmente o saldo de contas dos participantes.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. O cálculo é feito com os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano, sejam eles BD, CV ou CD, é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2021, houve crescimento patrimonial em função da carteira do plano. (Quadro 16).

Quadro 16: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2021.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2020	Valor da Cota R\$ Dezembro/2021	Variação da Cota Patrimonial
CeresFlexCeres	4,61472657	4,68846141	1,60%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2021, as despesas administrativas totalizaram R\$ 35,4 milhões, representando uma variação de 10,12% em relação a 2020, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 17: Despesas administrativas consolidada – 2020/2021 – (R\$).

Rubricas	2021	2020	Variação %	Média Ponderada
Pessoal e Encargos	24.789.378	23.071.156	7,45%	5,34%
Treinamentos/Congressos e Seminários	312.532	214.139	45,95%	0,31%
Viagens e Estadias	16.300	53.006	-69,25%	-0,11%
Serviços de Terceiros	4.303.273	3.358.812	28,12%	2,93%
Auditoria Contábil	52.000	91.000	-42,86%	-0,12%
Consultoria de Investimentos	170.570	158.981	7,29%	0,04%
Consultoria Jurídica	214.560	138.260	55,19%	0,24%
Consultoria Gestão/Planejamento	871.966	688.312	26,68%	0,57%
Consultoria Recursos Humanos	6.651	8.568	-22,38%	-0,01%
Consultoria Informática	2.732.812	2.045.900	33,58%	2,13%
Consultoria Atuarial	240.713	227.381	5,86%	0,04%
Consultoria Contábil	14.000	-	-	-
Pessoa Física	-	410	-100,00%	0,00%
Despesas Gerais	2.736.629	2.816.831	-2,85%	-0,25%
Depreciações e Amortizações	420.813	260.536	61,52%	0,50%
Tributos	2.859.927	2.406.212	18,86%	1,41%
Total das Despesas Administrativas	35.438.852	32.180.693	10,12%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2021 foi de R\$ 9,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 95 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 37% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 18), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 18: Despesas administrativas por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estádias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Ceres Básico	57.514	725	38	9.984	6.349	976	6.635	82.222
Ceres FlexCeres	236.609	2.983	156	41.074	26.120	4.017	27.297	338.255

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras. Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 19, a seguir, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2021 e de 2020.

Quadro 19: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2020/2021 – (R\$)

Rubricas	2021	2020	Variação %
Custódia	837.577	665.273	25,90%
Controladoria	726.428	661.311	9,85%
Taxa Cetip/Selic	1.580.688	1.127.078	40,25%
Taxa Bovespa	42.658	15.834	169,41%
Honorários/ Consultorias de Investimentos	308.266	240.726	28,06%
Custas Judiciais - Investimentos	5.258	-	-
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	598.497	465.791	28,49%
Taxa CVM	407.603	364.130	11,94%
Taxa Anbima	48.985	41.752	17,33%
Auditoria	359.187	49.351	627,82%
Corretagem	902.895	166.074	443,67%
Tarifas e Outros (Cartório e Emolumentos)	419	2.061	-79,66%
Total das Despesas	5.818.461	3.799.381	53,14%

No quadro 20 abaixo, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 20: Despesas específicas de investimentos por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Custodia	Taxa de Controladoria	Taxa Cetip/Selic	Taxa Bovespa	Honorários/ Consultorias de Investimentos	Custas Judiciais - Investimentos	Taxa de Administração (Fundos/ Bradesco)	Taxa CVM	Taxa ANBIMA	Auditoria	Corretagem	Tarifas	TOTAL
Ceres Básico	2.496	2.163	5.594	235	310	0	4.643	3.174	388	750	2.239	1	21.992
Ceres FlexCeres	1.517	1.260	3.009	209	6	0	2.570	1.083	135	229	1.599	1	11.618

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres Básico

Item	2020		2021		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	21.485.801	77,41%	21.431.086	74,85%	100,00%	100,00%
Renda Variável	3.098.491	11,16%	4.084.271	14,32%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	1.119.484	4,03%	1.352.070	4,74%	20,00%	10,00%
Estruturados (Fundos)	883.624	3,18%	701.662	2,46%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	1.169.833	4,21%	951.740	3,34%	15,00%	10,00%
Empréstimos	791.780	2,85%	573.687	2,01%		
Financiamentos Imobiliários	378.052	1,36%	378.052	1,33%		
Exterior	-	0,00%	109.791	0,39%	10,00%	10,00%
Total dos Recursos Investidos	27.757.232	100%	28.630.620	100%		
Disponível	6.243	0,02%	- 105.006	-0,37%		
Outros Realizáveis	40	0,000%	-	0,000%		
Outras Exigibilidades	- 618	0,00%	- 8.798	-0,03%		
Total dos Recursos Garantidores	27.762.897	100%	28.516.816	100%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres-FlexCeres

Item	2020		2021		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	12.905.400	77,10%	12.490.202	70,19%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.693.508	10,12%	2.956.198	16,63%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	324.898	1,94%	223.100	1,25%	20,00%	9,00%
Operações com Participantes	1.792.948	10,71%	2.000.040	11,25%	15,00%	15,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	14.312	0,09%	1.497	0,01%	20,00%	5,00%
Exterior	-	0,00%	124.763	0,70%	10,00%	10,00%
Total dos Recursos Investidos	16.731.065	100%	17.795.799	100%		
Disponível	7.617	0,05%	12.423	0,07%		
Outras Exigibilidades	- 162	-0,001%	- 31.109	-0,175%		
Total dos Recursos Garantidores	16.738.521	100%	17.777.114	100%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CERES BÁSICO

Segmento	Atual ¹	Limites sobre RG ²			
		Inferior	Objetivo	Superior	Legal ³
Renda Fixa	75,83%	60,00%	84,94%	100,00%	100,00%
I. Títulos Públicos:	71,16%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	71,16%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	4,29%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	2,30%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	2,06%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,24%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	1,99%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Debêntures	1,99%	0,00%	-	80,00%	-
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	0,32%	0,00%	-	20,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	0,32%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos ⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	4,61%	0,00%	-	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-
VI. Caixa e Disponível	0,37%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,31%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-
Renda Variável	14,17%	0,00%	3,68%	20,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	13,77%	0,00%	-	20,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,40%	0,00%	-	20,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,00%	0,00%	-	-	-
Estruturado	2,48%	0,00%	4,00%	12,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	1,09%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	1,39%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Imobiliário	3,89%	0,00%	2,87%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,73%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,34%	0,00%	-	5,00%	-
Células de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis ⁵	2,82%	0,00%	-	5,00%	-
Exterior	0,37%	0,00%	1,15%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,37%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Operações com Participantes	3,26%	0,00%	3,36%	10,00%	15,00%
Empréstimo Simples	1,92%	0,00%	-	10,00%	-
Financiamento ⁷	1,34%	0,00%	-	-	-

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com cobertura de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

CERES FLEX

Segmento	Atual ¹	Limites sobre RG ²			
		Inferior	Objetivo	Superior	Legal ³
Renda Fixa	70,87%	60,00%	62,92%	100,00%	100,00%
I. Títulos Públicos:	59,92%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	59,92%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	9,62%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	6,33%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	5,83%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,50%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	3,29%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Debêntures	3,29%	0,00%	-	80,00%	-
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	1,23%	0,00%	-	20,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	1,23%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,23%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos ⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	10,85%	0,00%	-	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-
VI. Caixa e Disponível	0,66%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,56%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-
Renda Variável	16,83%	0,00%	10,48%	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	16,11%	0,00%	-	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,71%	0,00%	-	30,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,01%	0,00%	-	-	-
Estruturado	1,28%	0,00%	7,20%	12,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	0,22%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	1,06%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Imobiliário	0,15%	0,00%	4,41%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,01%	0,00%	-	5,00%	-
Células de crédito imobiliário - CCI	0,14%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis ⁵	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Exterior	0,69%	0,00%	4,47%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,69%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Operações com Participantes	10,18%	0,00%	10,52%	5,00%	15,00%
Empréstimo Simples	10,18%	0,00%	-	5,00%	-
Financiamento ⁷	0,00%	0,00%	-	-	-

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	1.134	841	0,01%	35%
-	-	-	-	-
REALIZÁVEL	9.475.611	9.097.387	99,98%	4%
GESTÃO PREVIDENCIAL	185.668	132.538	1,96%	40%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.887	11.921	0,13%	0%
INVESTIMENTOS	9.278.056	8.952.928	97,89%	4%
TÍTULOS PÚBLICOS	792.932	-	8,37%	0%
ATIVO FIN. CRÉDITO PRIVADO	9.287	-	0,10%	0%
AÇÕES	-	-	0,00%	0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	8.100.211	8.672.608	85,46%	-7%
DERIVATIVOS	-	-	0,00%	0%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	286.293	196.923	3,02%	45%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	89.061	83.156	0,94%	7%
DEPOSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	267	235	0,00%	14%
OUTROS REALIZÁVEIS	5	6	0,00%	-17%
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
PERMANENTE	1.110	1.413	0,01%	-21%
IMOBILIZADO	764	867	0,01%	-12%
INTANGÍVEL	346	546	0,00%	-37%

PASSIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	161.143	145.734	1,70%	11%
GESTÃO PREVIDENCIAL	156.960	142.016	1,66%	11%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.706	3.045	0,04%	22%
INVESTIMENTOS	477	673	0,01%	-29%
-	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	14.147	11.122	0,15%	27%
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.493	870	0,02%	72%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.722	9.722	0,10%	0%
INVESTIMENTOS	2.932	530	0,03%	453%
-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	9.302.565	8.942.785	98,15%	4%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	9.093.475	8.725.928	95,94%	4%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.148.694	8.403.711	96,53%	9%
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	4.704.934	4.187.815	49,64%	12%
BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.630.882	4.516.433	48,86%	3%
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CON	187.122	300.537	1,97%	-38%
-	-	-	-	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
RESULTADOS REALIZADOS	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	177.825	322.217	1,88%	-45%
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	233.044	471.460	2,46%	-51%
-	-	-	-	-
FUNDOS	209.090	216.857	2,21%	-4%
FUNDOS PREVIDENCIAIS	131.114	143.449	1,38%	-9%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48.782	46.114	0,51%	6%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	29.194	27.294	0,31%	7%
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	9.477.855	9.099.641	100%	

Demonstrações Contábeis – Plano Ceres Básico

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres Básico			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	30.528	27.992	9,06%
Disponível	11	6	76,34%
Recebível	1.887	84	2155,71%
Investimentos	28.631	27.757	3,15%
Títulos Públicos	16.922	0	0,00%
Fundos de Investimentos	9.118	25.792	-64,65%
Investimentos Imobiliários	1.152	796	44,77%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	952	1.170	-18,64%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	-100,00%
2. Obrigações	73	72	1,15%
Operacional	66	71	-7,75%
Contingencial	8	1	504,84%
3. Fundos Não Previdenciais	509	474	7,34%
Fundos Administrativos	153	145	5,50%
Fundos dos Investimentos	356	329	8,16%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	29.946	27.446	9,11%
Provisões Matemáticas	31.654	27.114	16,74%
Superávit/Déficit Técnico	(1.708)	332	-614,96%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	369	332	11,37%
a) Equilíbrio Técnico	(1.708)	332	-614,96%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.077	2.077	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	369	332	11,37%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres Básico

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2021	Exercício 2020	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	27.446	26.123	5,07%
1. Adi�es	2.569	2.717	-5,42%
(+) Contribui�es Previdenciais	378	246	53,40%
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.192	2.470	-11,29%
2. Destina�es	1.614	1.393	15,89%
(-) Benefícios	1.539	1.346	14,29%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	100,00%
(-) Custeio Administrativo	52	47	10,46%
(-) Outras Destina�es	24	0	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	955	1.324	-27,85%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.994	1.266	136,57%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-2.039	58	-3620,22%
4. Opera�es Transitórias	1.546	0	100,00%
(+/-) Opera�es Transitórias	1.546	0	100,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	29.947	27.446	9,11%
C) Fundos Não Previdenciais	180	474	-62,09%
(+/-) Fundos Administrativos	153	145	5,50%
(+/-) Fundos Investimentos	27	329	-91,84%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres Básico

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2021	Exercício 2020	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	30.376	26.494	14,65%
1. Provisões Matemáticas	31.654	25.849	22,46%
1.1. Benefícios concedidos	19.143	15.031	27,35%
Benefício definido	19.143	15.031	27,35%
1.2. Benefício a conceder	12.511	12.391	0,97%
Benefício definido	12.309	12.163	1,20%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	1.574	-100,00%
(-) Déficit equacionado	0	1.574	-100,00%
(-) Patrocinador(es)	0	1.574	-100,00%
2. Equilíbrio Técnico	(1.708)	274	-723,96%
2.1. Resultados realizados	(1.708)	274	-723,96%
(-) Déficit técnico acumulado	1.708	0	0,00%
3. Fundos	356	300	18,55%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	356	300	18,55%
4. Exigível Operacional	66	70	-6,92%
4.1. Gestão previdencial	64	69	-6,32%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	1	2	-30,70%
5. Exigível Contingencial	8	1	450,89%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	8	1	450,89%

Demonstrações Contábeis – Plano Ceres FlexCeres

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres FlexCeres			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	17.895	16.891	5,94%
Disponível	12	8	63,09%
Recebível	87	72	21,02%
Investimentos	17.796	16.731	6,36%
Títulos Públicos	2.530	0	0,00%
Fundos de Investimentos	13.266	14.938	-11,20%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	2.000	1.793	11,55%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%
2. Obrigações	19	11	76,28%
Operacional	19	11	76,28%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	132	127	3,84%
Fundos Administrativos	87	81	7,43%
Fundos dos Investimentos	45	46	-2,44%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	17.744	16.753	5,91%
Provisões Matemáticas	19.161	16.971	12,90%
Superávit/Déficit Técnico	(1.468)	(275)	434,57%
Fundos Previdenciais	51	57	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(1.366)	(173)	691,53%
a) Equilíbrio Técnico	(1.468)	(275)	434,57%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	102	102	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.366)	(173)	691,53%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2021	Exercício 2020	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	16.752	14.743	13,63%
1. Adi�es	1.710	2.536	-32,57%
(+) Contribui�es Previdenciais	1.326	1.347	-1,60%
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	263	1.189	-77,91%
2. Destina�es	719	527	36,47%
(-) Benefícios	483	477	1,16%
(-) Portabilidade	103		
(-) Repasse de Riscos Terceirizados	76		
(-) Custeio Administrativo	57	50	14,67%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	991	2.009	-50,69%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.190	2.123	3,12%
(+/-) Fundos Previdenciais	-6	57	-110,18%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-1.193	-171	598,82%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	17.743	16.752	5,91%
C) Fundos Não Previdenciais	86	127	-32,49%
(+/-) Fundos Administrativos	87	81	7,43%
(+/-) Fundos Investimentos	-1	46	-102,44%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2021	Exercício 2020	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	17.808	11.981	48,63%
1. Provisões Matemáticas	19.161	12.036	59,19%
1.1. Benefícios concedidos	6.987	5.102	36,94%
Benefício definido	6.987	5.102	36,94%
1.2. Benefício a conceder	12.270	9.819	24,96%
Contribui�o definida	12.270	9.819	24,96%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	5.709	4.591	24,35%
Saldo de contas - parcela participantes	5.984	5.228	14,47%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	96	74	30,50%
(-) Déficit equacionado	96	74	30,50%
(-) Patrocinador(es)	42	33	29,07%
(-) Participantes	50	39	29,07%
(-) Assistidos	3	2	86,40%
2. Equilíbrio Técnico	(1.468)	(104)	1313,72%
2.1. Resultados realizados	(1.468)	(104)	1313,72%
(-) Déficit técnico acumulado	1.468	104	1313,72%
3. Fundos	96	41	130,75%
3.1. Fundos previdenciais	51	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	45	41	8,24%
4. Exigível Operacional	19	7	157,87%
4.1. Gestão previdencial	18	7	149,54%
4.2. Investimentos - gestão previdencial	1,0	0,2	562,3%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria Executiva, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da
CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL (“CERES”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela **CERES**) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de beneficiários, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativas nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da CERES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é a responsável pela avaliação da capacidade de a CERES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CERES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CERES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CERES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da CERES, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CERES. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CERES a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 17 de março de 2022.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F
CVM 12807

Digitally signed by RICARDO DE ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
DN: cn=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=24732124000120, ou=PRESENCIAL, cn=RICARDO DE
ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0
CNAI 2563

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

V - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, a Resolução MPS/CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, e a Instrução Normativa SPC nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº 700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal; este Conselho apresenta a seguir o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação;
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2021, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto na Instrução Normativa PREVIC Nº 31/2020, conforme evidenciado no Parecer de Auditoria Independente MOORE VR Auditores e Consultores S/S de 11 de março de 2021;
- c) Em relação ao Parecer dos Auditores Independentes, temos que o documento não apresentou ressalva, conforme segue:
 - i. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos: Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitidos pela Assessoria Atuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 20 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 16 de dezembro de 2019, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Com base nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Pareceres Atuariais e Parecer dos Auditores Independentes, bem como, as análises feitas nas reuniões durante o exercício correspondente e devidamente registradas em Atas, este Conselho Fiscal **RESOLVE** indicar pela aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021 pelo Conselho Deliberativo.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 18 de março de 2022.

Assinado de forma digital por
EMIDIO CASAGRANDE:23547308968
 Dados: 2022.03.21 08:42:50 -03'00'

Emidio Casagrande
 Presidente do Conselho Fiscal
 Representante dos Participantes e Assistidos da
 EMBRAPA

Assinado digitalmente por JOSE EDEN DE MEDEIROS
JOSE EDEN DE MEDEIROS:
 12994693453
José Eden de Medeiros
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante da Patrocinadora
 EMBRAPA

Assinado digitalmente por CLAUDIO AUGUSTO BORTOLINI
CLAUDIO AUGUSTO BORTOLINI:
 73123161900
Cláudio Augusto Bortolini
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante da Patrocinadora
 EMATER MG

Assinado digitalmente por JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO
JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO:
 00599446927
Jonas Pereira do Espírito Santo
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante dos Participantes e Assistidos da
 EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2022, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – Moore VR Auditores e Consultores S/S, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstra es contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 30 de março de 2022.

BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO
BRASIL:05955248692
Assinado de forma digital por BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL:05955248692
Dados: 2022.03.30 15:29:46 -03'00'

Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil

URSULA MARIA LUDWIG MORAES:52601684968
Assinado de forma digital por URSULA MARIA LUDWIG MORAES:52601684968
Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Úrsula Maria Ludwig Moraes

RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130
Assinado de forma digital por RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130
Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Raimundo Alves de Araújo

RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:07143834300
Assinado de forma digital por RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:07143834300
Dados: 2022.03.30 15:48:52 -03'00'

Raimundo Braga Sobrinho

WALTER DINIZ GUSMAO MACHADO:03244392610
Assinado de forma digital por WALTER DINIZ GUSMAO MACHADO:03244392610
Dados: 2022.03.30 15:48:52 -03'00'

Walter Diniz Gusmão Machado

MARIA DO SOCORRO BARBOSA GUEDES:21035229315
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO BARBOSA GUEDES:21035229315
Dados: 2022.03.30 20:10:36 -03'00'

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Ceres - Fundac o de Seguridade Social
SHCN-CL 202 B.L.C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO CERES BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres Básico de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da tábua de mortalidade geral que passou de BR-2010 M&F para AT-2000 M&F, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real de beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Ceres Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2022 será no mínimo de R\$ 15.818 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 13.890 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 1.928 para custear o custo administrativo.

Plano de custeio para 2022

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento era de 158 (cento e cinquenta e oito). O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto uma contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2022 no valor linear mínimo de R\$ 15.818 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 1.637.166, registrado em 31/12/2021.

Além das contribuições patronais, estão previstas contribuições normais dos assistidos que representam 8% dos benefícios.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo 13 parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 835,55 referente à contribuição desse grupo, e 12 parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 1.928,42. Além disso, o grupo de participantes tem 13 parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 944,53.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º, § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$ 1.707.516, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 12,56 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 2.710.718.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.707.516 e que se apurou um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 2.076.796 obteve-se Resultado Técnico Ajustado Positivo de R\$ 369.281, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CERES BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	27.445.750	29.946.438	9,11%
Provisões Matemáticas	27.114.167	31.653.954	16,74%
Benefícios Concedidos	15.153.148	19.142.745	
Benefícios a Conceder	13.506.807	12.511.209	
Provisão Matemática a Constituir	-1.545.788		
Resultados Realizados	331.583	-1.707.516	-614,96%
Ajuste de Precificação	1.879.654	2.076.796	10,49%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	2.211.238	369.281	-83,30%

Obs.: O valor da Provisão Matemática a Constituir, a partir de 2021, foi reclassificado do Passivo para o Ativo.

- Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 9,84% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,41%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -4,83% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada, foi a rentabilidade patrimonial e a atualização na família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes, tendo como contrapartida a alteração na tábua de mortalidade geral. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras. A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na Tabela nº 02.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – R\$ MILHÕES

Item	Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 1,31	R\$ 0,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,48	R\$ 2,01
Perda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1,84	-R\$ 1,82	R\$ 0,00	-R\$ 3,66
Total	R\$ 0,00	R\$ 1,31	R\$ 0,22	R\$ 0,00	-R\$ 1,84	-R\$ 1,82	R\$ 0,48	-R\$ 1,65

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um déficit acumulado, em 31/12/2021, tendo invertido a situação superavitária registrada no final do exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do déficit acumulado é conjuntural. O surgimento de déficit em 2021 foi devido, principalmente, ao desempenho da rentabilidade patrimonial aquém do esperado no ano e mais à atualização da família média de pensão.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CERES BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	29.946.438	Benefícios Futuros	31.653.954
Contribuições Futuras	0	Benefícios Concedidos	19.142.745
Contribuição Normal	0	Benefícios a Conceder	12.511.209
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	-1.707.516
Total	29.946.438	Total	29.946.438

Fundos previdenciais

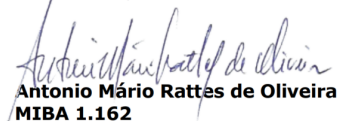
Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por
MARIO ANTONIO
RATTES DE MARIO RATTES
OLIVEIRA: DE OLIVE
2594506834 IRA:25945068349
9 Data: 2022.02.24
11:30:37-03'00"

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO CERES-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres-FlexCeres de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2020, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da tábua de mortalidade geral que passou de BR-2010 M&F para BR-2015 M&F, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão..

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2020 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Ceres-FlexCeres estão os participantes do antigo plano de benefício definido e os empregados que não faziam parte desse antigo plano.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Ceres Básico e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido. Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2021

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	0,90%
Patrocinadora	0,45%
Participante	0,45%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	0,90%
Patrocinadora	0,45%
Participante	0,45%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Ceres-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 0,90% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2020, cujo percentual foi igual a 1,46%. A redução do custo total decorre da transferência do custo administrativo previdencial para o custo administrativo de investimentos e da redução dos custos dos benefícios de risco devido à diminuição do custo do Seguro destes benefícios.

Plano de custeio para 2022

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2022 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados que constam da citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2021 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

O custeio dos benefícios de risco para 2022 será de 1,00%, igual ao custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2021 de 0,90%, acrescido de um carregamento de segurança de 0,10%, em relação ao custo de 0,90%, devido à diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente gerado por esse carregamento destinado ao Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais. Já o custeio administrativo para 2022 será igual a 0,00%, pois não há custo administrativo previdencial identificado em 31/12/2021.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2022

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,61%
Patrocinadora	4,96%
Participante	5,65%
Benefícios de risco	1,00%
Patrocinadora	0,50%
Participante	0,50%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	11,61%
Patrocinadora	5,46%
Participante	6,15%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,00%.

Além das contribuições acima, o plano de custeio é composto por contribuições adicionais, implantadas no ano de 2015 e mantidas para o ano 2022, para continuidade de amortização do déficit atuarial de 2014, conforme abaixo, o qual permanecerá vigente pelo prazo restante de 14,5 anos:

- Patrocinadora: 0,05% incidentes sobre os salários de participação;
- Participantes ativos: 0,06% incidentes sobre os salários de participação; e
- Assistidos: 0,08% incidentes sobre os benefícios.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Em 2014, foi contratado seguro de vida e invalidez, junto à sociedade seguradora autorizada a operar no país, com o objetivo de prover recursos financeiros externos, via o recebimento de capitais segurados, que reforçarão os saldos de conta dos participantes em casos de ocorrência de morte ou invalidez, reduzindo os riscos do plano de benefícios inerentes a esses eventos.

Em 2015, foi aprovado novo Regulamento pela PREVIC, onde teve como principal modificação a alteração na regra de cálculo dos benefícios de risco, o que proporcionou redução no custo desses benefícios, conforme destacado anteriormente nesse parecer.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$1.467.655, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo:

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos*

fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 12,69 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 599.095.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.467.655e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 102.014, obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 1.365.641, indicando haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento, ao longo do exercício de 2022, no valor de R\$ 766.546, posicionado em 31/12/2021, que é o excedente em relação ao referido Limite de Déficit, para execução a partir de abril de 2023. Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Ceres-FlexCeres eram, em 31/12/2021:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO CERES-FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	16.696.700	17.693.171	5,97%
Provisões Matemáticas	16.971.246	19.160.825	12,90%
Benefícios Concedidos	5.314.072	6.987.221	
Benefícios a Conceder – Risco	0	0	
Benefícios Futuros	517.162	599.918	
Contribuições Futuras	-517.162	-599.918	
Saldo de Contas dos Benef. Prog.	11.746.782	12.269.528	
Provisão Matemática a Constituir	-89.608	-95.924	
Resultados Realizados	-274.546	-1.467.655	
Ajuste de Precificação	86.677	102.014	17,69%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	-187.869	-1.365.641	626,91%

- Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado positivo não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade nominal dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021, foi de 1,75%. Comparando-se a rentabilidade obtida com a meta mínima atuarial de 15,44%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -11,86% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, alteração na hipótese atuarial e pela acumulação das contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa

atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada no ano, foi o desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, juntamente com a atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – R\$ MI

Item	Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,06	R\$ 0,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,11
Perda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 0,48	-R\$ 0,70	-R\$ 0,04	-R\$ 1,21
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,06	R\$ 0,05	R\$ 0,00	-R\$ 0,48	-R\$ 0,70	-R\$ 0,04	-R\$ 1,10

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado deficitário acumulado, em 31/12/2021, tendo um aumento no exercício de 2021, e na nossa opinião a natureza do resultado acumulado é conjuntural. O resultado deficitário no ano de 2021 foi devido à eventos contrários que, praticamente, tenderam para o negativo, como rentabilidade aquém do esperado, ajuste na base de dados do cálculo da reversão em pensão dos aposentados, atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes, redução da meta de benefícios, dentre outros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CERES-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	17.693.171	Benefícios Futuros	19.856.667
Contribuições Futuras	599.918	Benefícios Concedidos	6.987.221
Contribuição Normal	599.918	Benefícios a Conceder	12.869.446
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	-1.467.655
Total	18.293.089	Total	18.389.013

Fundos previdenciais

Em 31/12/2021, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO CERES-FLEXCERES

Discriminação	2020	2021	Varição
Fundos Previdenciais	56.582	50.821	-10,18%
Fundo Coletivo de Desligamento	0	0	
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	25.689	50.821	97,83%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	30.893	0	-100,00%

Além do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2021, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos, em 31/12/2021 ocorreu uma reversão específica do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 42.717, para minimizar a necessidade de equacionamento do déficit atuarial.

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios. **Comentários finais**

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA: 2594506834
Assinado digitalmente por ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA
IRA: 25945068349
Data: 2022.02.24 11:30:37-03'00'